

# Nova fase do Plano Baker

EM  
CA  
DE  
LI  
N  
O

20 DEZ 1989

por Getúlio Bittencourt  
de Nova York

O presidente eleito dos Estados Unidos, George Bush, fez ontem sua mais ampla declaração sobre a dívida externa do Terceiro Mundo, durante entrevista coletiva em Washington. Embora ressalve que o Plano Baker continua viável em parte, prometeu uma revisão profunda nessa política.

Em seu elogio ao plano que seu futuro secretário de Estado, James A. Baker III, fez em 1986 para tentar resolver a questão, Bush observou que graças a ele o setor privado teve um certo rejuvenescimento no Terceiro Mundo. Mas admitiu que os bancos comerciais estão sendo um pouco lentos para providenciar os empréstimos necessários.

"Vamos olhar tudo isso novamente", prometeu. E nisso que chamou de revisão profunda estarão envolvidos não apenas a Secretaria do Tesouro mas também o Departamento de Estado, através de Baker, e até mesmo o Conselho de Segurança Nacional, porque a dívida externa dos países em desenvolvimento tem provocado "enormes problemas" de segurança para os Estados Unidos.

Brasil, México e Argentina, os três maiores países

(Continua na página 7)

Os comentários de Bush foram feitos no mesmo dia em que o Banco Mundial (BIRD) juntou sua voz aos que pleiteiam uma reavaliação do Plano Baker. "O interesse declinante dos bancos comerciais em financiar os países muito endividados, aliado a incertezas continuas advindas do peso atual da dívida, pode ser o sinal de que chegou a hora de reformular o consenso de 1985", alertou o BIRD.

(ver página 7)

# Nova fase do Plano Baker

por Getulio Bittencourt  
de Nova York

(Continuação da 1ª página)

devedores da América Latina, somam débitos de US\$ 290 bilhões. Mas Bush des-  
cartou a hipótese de puro e  
simples perdão da dívida,  
dizendo que não quer obri-  
gar os bancos a riscar seus  
ativos. Ele procura o que  
chamou de soluções mais  
versáteis do que essa.

O embaixador brasileiro  
em Washington, Marcílio  
Marques Moreira, saudou  
dois "aspectos muito pos-  
itivos" na entrevista do pre-  
sidente eleito norte-  
americano: "Primeiro, o  
desejo que ele manifestou  
de inovar, dar novos pas-  
sos, como está implícito em  
sua proposta de profunda  
revisão na política do setor.  
E, depois, o fato de ele am-  
pliar o enfoque sobre a dívi-  
da, incluindo no seu exame  
três ministérios: o Departamen-  
to de Estado, o Con-  
selho de Segurança Naci-  
onal e a Secretaria do  
Tesouro".

Marcílio observou que há  
algumas condicionantes  
das declarações de Bush,  
como a de que ele não apóia  
um perdão puro e simples  
da dívida. "Mas também  
isso não é o que se deseja",  
pondera o embaixador. "O  
ideal é que, depois de os  
bancos terem riscado parte  
da dívida, isso reverta em  
benefício da ampliação das  
relações financeiras e co-  
merciais, com proveitos  
mútuos."

O embaixador brasileiro  
comunicou ontem à tarde o  
teor da entrevista de Bush  
ao ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega,  
em Brasília. "O ministro considerou as declarações muito positivas",  
afirmou Marcílio a este jornal.

Para o governo brasilei-  
ro, as breves observações

de Bush acentuam uma  
tendência de revisão da  
política norte-americana  
em relação à dívida do Ter-  
ceiro Mundo. A primeira  
informação objetiva nesse  
sentido foi dada ao  
secretário-geral do Itamaraty,  
embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima,  
quando ele visitou Was-  
hington em novembro.

Flecha de Lima encon-  
trou, em suas conversas,  
indícios de que o governo  
norte-americano começa-  
va a ver a questão da dívi-  
da numa perspectiva mais  
ampla, com componentes  
políticos — por exemplo,  
comentaram as implica-  
ções do peso da dívida na  
sobrevivência das frágeis  
democracias da América  
Latina. E provavelmente  
por isso que Bush convocou  
o Conselho de Segurança  
Nacional para integrar o  
grupo que estuda o assunto.

Outro sinal havia sido da-  
do pelo próprio Bush, numa  
declaração mais genérica,  
em que ele prometia tratar  
do assunto com mais aten-  
ção.

E provável que nos próxi-  
mos dias sete dos oito em-  
baixadores do "Grupo dos  
Oito" países latino-  
americanos, que recente-  
mente se reuniram no Rio  
de Janeiro, entreguem um  
documento sobre sua dívi-  
da externa ao Departamen-  
to de Estado. Seria a tercei-  
ra vez que os sete embaixadores  
cumprem missões  
semelhantes. Delas está  
sempre ausente um oitavo  
embaixador, o do Panamá,  
devido à crise política in-  
terna.

A primeira vez foi quan-  
do entregaram ao secretá-  
rio de Estado George  
Shultz uma súmula do pri-  
meiro encontro dos oito  
presidentes (do Brasil, Mé-  
xico, Argentina, Peru, Co-  
lômbia, Venezuela, Uruguai  
e Panamá) em Aca-  
pulco, no ano passado. A  
segunda foi na primeira  
quinzena de novembro,  
quando entregaram o rela-  
tório do segundo encontro de  
presidentes em Punta del  
Este, no Uruguai.

O embaixador Marcílio  
acredita que o documento  
será entregue ainda ao  
atual governo Ronald Rea-

gan, "pois há muitos aspec-  
tos de continuidade entre  
os dois governos, e não se  
justificaria esperar até a  
posse de Bush".

Mas o documento ainda  
está sendo revisado pelos  
presidentes. De acordo  
com o embaixador brasilei-  
ro, porém, as três princi-  
pais alternativas que o tex-  
to sugere como soluções  
para a dívida incluem for-  
mas de securitização dos  
títulos, ampliação das for-  
mas de redução do princi-  
pal e novas fontes de finan-  
ciamento. (Ver nesta pági-  
na.)

Por securitizaçāo  
entende-se a obtenção de  
alguma garantia para o pa-  
gamento dos juros. Algo co-  
mo o acordo que o México  
fez com o Morgan Guar-  
anty neste ano, com a dife-  
rença de que os mexicanos  
ofereceram uma securiti-  
zação (um cupom zero do  
governo norte-americano)  
para garantir o principal.  
Os bancos comerciais que-  
rem garantia para o servi-  
ço, que é mais lucrativo a  
longo prazo que o principal,  
como afirmou na semana

passada o presidente do  
American Express Bank,  
Richard Smith.

A ampliação das fórmu-  
las de redução da dívida in-  
clui várias opções, como  
conversão da dívida em in-  
vestimentos, troca de títulos  
por exportações ou por  
programas de desenvolvi-  
mento e preservação do  
meio ambiente, etc.

A terceira alternativa se-  
gue a brecha inaugurada  
pela nova Lei do Comércio  
dos Estados Unidos, que já  
prevê a criação de uma en-  
tidade internacional que  
compraria os títulos dos  
bancos comerciais, com  
um desconto, e os repassa-  
ria aos países devedo-  
res.

Nas conversas que  
Marcílio vem mantendo  
com o governo norte-  
americano, "não se descar-  
ta um encontro entre os  
presidentes", mas não há  
nada definido por enqua-  
to. Outros indicadores im-  
portantes nesse tema estão  
a caminho.

O mais relevante é que  
até 23 de fevereiro, com  
pouco mais de um mês no  
cargo, o presidente Bush  
terá de enviar ao Congres-  
so a posição de sua admi-  
nistração sobre uma pro-  
posta contida na Lei do Co-  
mércio sobre alívio da dívi-  
da.

Os diferentes atores já  
se posicionaram. O Banco  
Mundial está disposto a  
ampliar seu papel, mas não  
a aceitar a responsabilida-  
de de outros credores, co-  
mo os bancos comerciais.  
Estes querem emprestar  
dinheiro de curto prazo, pa-  
ra financiamento de expor-  
tação e importação, ao Ter-  
ceiro Mundo, deixando o  
longo prazo para as agê-  
ncias internacionais. E os  
países devedores querem  
alívio da dívida, o máximo  
e o mais rápido possível.